



CDS-PP abre debate sobre educação sexual com caso da professora de Espinho e causa confusão no Parlamento

Leonete Botelho

● O líder parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, até nem queria generalizar, mas a verdade é que levou o debate sobre educação sexual nas escolas para o plenário da Assembleia da República a propósito do caso da professora de Espinho que está suspensa por linguagem imprópria na sala de aulas. “O que aconteceu na escola de Espinho causou estupefação e alarme nas famílias. É obrigatório fazer duas reflexões”, afirmou, para defender a liberdade das famílias na decisão sobre educação sexual e na escolha da escola.

O assunto, que tinha estado em debate de manhã na comissão de especialidade, saltou assim para uma discussão mais ampla e aguerrida, num momento em que as galerias do hemiciclo estavam cheias de estudantes. Os outros partidos não perdoaram a associação entre o caso de Espinho e a educação sexual, acusando Diogo Feio de “aproveitamento do episódio para mais uma vez travar a educação sexual”, nas palavras do comunista Bernardino Soares.

“O acontecimento de Espinho não é generalizado, mas não limita a que se façam considerações de natureza política”, reconheceu Diogo Feio. “Uma coisa é aprender-se educação para a saúde, outra, que nós recusamos linearmente, é o Estado impor ou permitir nas escolas qualquer ideologia sexual”, afirmou antes, para defender que “a primeira soberania é das famílias”.

Era um regresso à discussão da manhã sobre o carácter opcional da disciplina, proposto pelo CDS-PP, ou pelo menos a possibilidade de dispensa das aulas aos alunos a requerimento dos pais, defendida pelo PSD. Ambas as propostas tinham sido chumbadas pela esquerda, unida na defesa da obrigatoriedade de frequência das aulas de educação sexual, pelo menos nas

escolas públicas e nas privadas com contratos de associação com o Ministério da Educação (ME).

Apesar do “chumbo”, ficou sem resposta a questão levantada por Pedro Duarte (PSD) e Abel Baptista (CDS-PP) quanto ao facto de a lei deixar de fora as escolas privadas que não tenham contrato de associação: “A liberdade de escolha está à venda? Se dizem que se trata de um direito das crianças à informação, porque não deram carácter universal à proposta para todas as escolas?”, questionaram ambos. Ninguém respondeu.

Adiada para próxima reunião ficou ainda a polémica questão da distribuição dos contraceptivos nos gabinetes de informação das escolas. Mas aqui é já certa a alteração proposta pelo PS ao seu próprio projecto: já não se fala em distribuição, mas em acesso a contraceptivos, e sempre “em articulação com as unidades de saúde”. O que não é considerado um recuo pelo primeiro subscritor, Pedro Nuno Santos, mas é sem dúvida uma tentativa de aproximação às críticas que se foram ouvindo, dentro e fora do PS.



Diogo Feio foi atacado pelos outros partidos